

As atribuições clínicas do farmacêutico na diminuição dos problemas relacionados aos medicamentos frente a automedicação por medicamentos isentos de prescrição comercializados em drogarias

Hytarcides de Oliveira Amorim Filho¹, Jéssica Tamyris de Freitas Cavalcanti², Thais Fernanda Melo Gomes da Silva³, George Misael Ferreira de Santana⁴, Januária Rodrigues de Lima⁵, Thayna Rhomana da Silva Candido⁶, Uíara Maria de Barros Lira Lins⁶ & Claudio Tejo da Silva⁷

¹ Farmacêutico, Especialista em Farmácia Clínica com ênfase em Prescrição na Faculdade IDE, Recife, Brasil

² Farmacêutica, Especialista em Farmácia Hospitalar no Centro Universitário Internacional, Professora Tutora em Grupo Ser Educacional, Recife, Brasil

³ Farmacêutica, Prefeitura Municipal da Cidade de Paulista, Cidade de Paulista, Brasil

⁴ Farmacêutico pela UNIVISA, Vitória de Santo Antão, Brasil

⁵ Farmacêutica, Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

⁶ Farmacêutica, Mestre em Desenvolvimento de Processos Ambientais pela Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Brasil

⁷ Farmacêutico, Especialista em Farmácia Clínica, Hospitalar e Manipulação de Medicamentos, Recife, Brasil

Correspondência: Jéssica Tamyris de Freitas Cavalcanti, Professora Tutora, Grupo Ser Educacional, Recife, Brazil. E-mail: farm.jessicatfcavalcanti@gmail.com

Recebido: Março 10, 2022

Aceito: Junho 25, 2022

Publicado: Agosto 01, 2022

Resumo

Os medicamentos são uma das principais intervenções no curso da terapêutica do paciente, seja no tratamento ou prevenção de muitas enfermidades. A automedicação não tem uma definição universal, podendo ser desde a utilização de medicamentos isentos de prescrição ou a reutilização de medicamentos previamente prescritos para uma determinada patologia. Este estudo constituiu-se de uma revisão de literatura, onde foram realizadas buscas utilizando como estratégia de pesquisa os seguintes descritores: Medicamentos isentos de prescrição, prescrição farmacêutica, farmácia clínica, automedicação, assistência farmacêutica, segurança do paciente, nos idiomas português e inglês. Os estudos tiveram seus conteúdos analisados qualitativamente. Os farmacêuticos têm uma responsabilidade profissional na prestação de serviços de alta qualidade para o paciente, portanto ele deve ter conhecimento atualizado da evidência para medicamentos sem tarja e estar preparado para discutir informações a respeito, contribuindo para as escolhas dos pacientes. A farmácia passou a configurar como um estabelecimento de saúde, aumentou assim o papel do farmacêutico como autoridade sanitária.

Palavras-chave: Medicamentos isentos de prescrição, Automedicação, Farmácia Clínica, Prescrição Farmacêutica, Segurança do Paciente.

Abstract

Medications are one of the main interventions in the course of patient therapy, whether in the treatment or prevention of many diseases. Self-medication does not have a universal definition and can range from the use of over-the-counter drugs or the reuse of drugs previously prescribed for a particular pathology. This study consisted of a literature review, where searches were carried out using the following descriptors as a research strategy: Over-the-counter drugs, pharmaceutical prescription, clinical pharmacy, self-medication, pharmaceutical assistance, patient safety, in Portuguese and English. The studies had their contents analyzed qualitatively. Pharmacists have a professional responsibility to provide high-quality services to the patient, so they must have up-to-date knowledge of the evidence for unmarked drugs and be prepared to discuss information about it, contributing to patient choices. The pharmacy began to be configured as a health establishment, thus increasing the role of the pharmacist as a health authority.

Keywords: Over the Counter, Self-medication, Clinical Pharmacy, Pharmaceutical prescription, Patient safety.

Resumen

Los medicamentos son una de las principales intervenciones en el curso de la terapia del paciente, ya sea en el tratamiento o prevención de muchas enfermedades. La automedicación no tiene una definición universal, y puede ir desde el uso de medicamentos de venta libre o la reutilización de medicamentos prescritos previamente para una determinada patología. Este estudio consistió en una revisión de la literatura, donde se realizaron búsquedas utilizando los siguientes descriptores como estrategia de investigación: Medicamentos de venta libre, prescripción farmacéutica, farmacia clínica, automedicación, asistencia farmacéutica, seguridad del paciente, en portugués e inglés. Los estudios tuvieron su contenido analizado cualitativamente. Los farmacéuticos tienen la responsabilidad profesional de brindar servicios de alta calidad al paciente, por lo que deben tener un conocimiento actualizado de la evidencia de medicamentos no marcados y estar preparados para discutir información al respecto, contribuyendo a las elecciones del paciente. La farmacia comenzó a configurarse como un establecimiento de salud, aumentando así el papel del farmacéutico como autoridad sanitaria.

Palabras clave: Medicamentos de venta libre, Automedicación, Farmacia Clínica, Prescripción Farmacéutica, Seguridad del paciente

1. Introdução

Os medicamentos são uma das principais intervenções no curso da terapêutica do paciente, seja no tratamento ou prevenção de muitas enfermidades. Para que a farmacoterapia obtenha êxito e o medicamento alcance o efeito esperado é necessário que ele tenha a indicação adequada e seja administrado de forma correta, na posologia e forma farmacêutica adequada, e seja utilizado no tempo de tratamento recomendado, respeitando as indicações e contraindicações. Da mesma forma que eles podem aumentar a expectativa de vida, tratar doenças, se utilizado de forma incorreta pode levar a ocorrência de efeitos adversos e comprometer a integridade da saúde do paciente. (Silva, 2017)

De acordo com a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), medicamentos de venda livre ou isentos de prescrição (OTC/MIP's) são drogas que são aprovadas pelas autoridades de saúde para tratar doenças menores gravidades e sintomas. Eles estão disponíveis sem receita devido à sua segurança e eficácia, se usado em de acordo com as orientações disponíveis na embalagem encartes e rótulos. Sendo toda essa classe uma das que mais estão ligadas ao processo de automedicação. No Brasil, essa classe de medicamentos é regulamentada pela Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nº 138, de 29 de maio, 2003. (Halila et al., 2015)

A automedicação não tem uma definição universal, podendo ser descrita como a prática de seleção e utilização de medicamentos isentos de prescrição, reutilização de medicamentos previamente prescritos pra uma determinada patología. O uso de medicamentos previamente indicados por amigos, vizinhos e familiares, a não adesão ao plano terapêutico ou a alteração na dose administrada dos medicamentos prescritos também podem ser classificados também como automedicação. (Oliveira et al., 2018)

Grandes avanços já são percebidos no papel da saúde da população, mas em muitas situações persistem a dificuldades de acesso, demora e baixa qualidade do atendimento nos serviços de saúde, tanto do setor público quanto do privado. Somando a esses aspectos citados anteriormente, a veiculação de propagandas de medicamentos isentos de prescrição na mídia, a presença da farmacinha caseira nos domicílios e a crença de que os medicamentos resolvem tudo, constituem fatores importantes para a prática da automedicação. (Arrais et al., 2016)

As propagandas de medicamentos não são fontes confiáveis de informação científica; pois basicamente omitem/minimizam os reais cuidados e riscos; apresentam referências bibliográficas inexistentes ou pouco confiáveis, que induzem ao consumo inadequado dos produtos; trazendo consequências graves a saúde da população, aumentando os riscos das reações adversas aos medicamentos e intoxicações. (Soares, 2008)

Segundo a Organização Mundial da Saúde, reações adversas a medicamentos (RAM) são definidas como sendo qualquer evento nocivo e não intencional que tenha ocorrido na vigência do uso de medicamento, em doses normalmente usadas em humanos, com finalidades terapêutica, profilática ou diagnóstica. Portanto, não se incluem entre as RAM as superdosagens (acidentais ou intencionais) e a ineficácia do medicamento para o tratamento proposto. (Mastroianni et al., 2009)

Em uma análise sistemática realizado sobre 68 estudos observacionais de RAM como causa de admissões em

leitos hospitalares, Beijer et al.(2002) indicavam que as classes de medicamentos mais comumente relacionadas eram os :cardiovasculares (38 estudos), antiinflamatórios não esteróides (AINE) e analgésicos (30 estudos), antidiabéticos (12 estudos), antineoplásicos (8 estudos), diuréticos (20 estudos), anticoagulantes (19 estudos) e corticóides (17 estudos).Grande parte das classes de medicamentos que são vendidas muitas vezes arbitrariamente nas farmácias e drogarias. Podendo observar uma grande parcela desses estudos sobre os medicamentos isentos de prescrição. (Mastroianni et al., 2009)

A respeito, do ponto de vista legislativo, da venda de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPS), tais como analgésicos, antitérmicos, antigripais e outros que se enquadram nessa classificação, torna-se uma constante que facilita seu consumo sem a devida orientação sobre o seu risco. A política farmacêutica deve garantir a qualidade dos medicamentos, promovendo seu uso racional, fazendo parte da preocupação sanitária de saúde. (Riveiros et al.,2009)

Devido ao consumo de medicamentos sem indicação médica, a modificação arbitrária de dose, frequência e tempo de administração, constituem um problema de saúde pública, principalmente em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os profissionais farmacêuticos possuem um papel primordial atuando na assistência farmacêutica promovendo o uso adequado e identificando as pessoas com tais hábitos errôneos e que põem a sua vida em risco. (Riveiros et al., 2009)

Tendo ciência que nenhum medicamento é 100 % seguro e eficaz, a automedicação desenfreada e sem a orientação de um profissional habilitado é uma prática altamente nociva e pode trazer sérios danos à saúde, problemas estes que relacionados ao uso errôneo de um medicamento, tais como: reações adversas, aparecimento de sintomas inespecíficos e piora da condição de saúde. (Secoli et al., 2018)

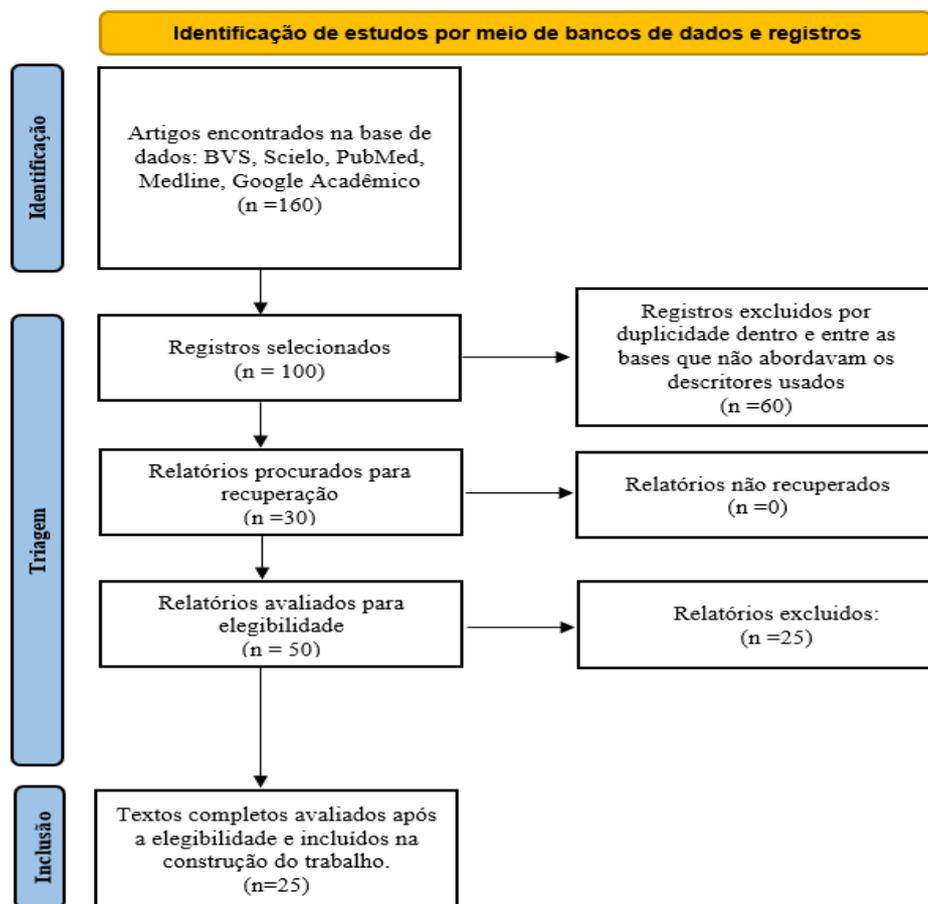
Esse estudo tem como objetivo retratar a importância do farmacêutico, enquanto profissional de saúde qualificado que desempenha uma função regulamentada, precisa estar empenhado e atento no compromisso de cumprir a legislação sanitária, minimizando os riscos que o paciente pode se deparar no curso da terapêutica medicamentosa. Sendo o profissional farmacêutico responsável por orientar sobre os riscos da auto medicação de medicamentos isentos de prescrição, prestando o auxílio ao paciente com todas as particularidades e dificuldades sobre a sua utilização clínica.

2. Material e Métodos

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, realizado no período de junho de 2020 a novembro de 2020, por meio de levantamento em livros, monografia, tese, dissertações e artigos científicos, disponíveis nas bases de dados, como: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (Pubmed, Medline), Scientific Eletronic Library (SCIELO) e Google Acadêmico a partir dos termos utilizados relacionados ao assunto principal e ao foco requerido no estudo: “Medicamentos Isentos de Prescrição”, “Prescrição Farmacêutica”, “ Farmácia Clínica”, “Auto medicação”, “Assistência Farmacêutica”, “Segurança do Paciente”.

Os critérios de inclusão consideraram artigos publicados e disponíveis na íntegra publicados entre os anos de 2010 a 2020, bem como aqueles relacionados à temática proposta. Excluíram-se capítulos de livros, monografias, dissertações, teses, trabalhos repetidos, artigos de opinião e reflexão, editoriais e pesquisas que não abordaram os descritores selecionados. Leis e protocolos relevantes para a pesquisa foram utilizados independentemente do ano de publicação.

Para construção do trabalho, analisaram-se criteriosamente o conteúdo exposto, área temática apresentada, objetivos descritos e se os públicos-alvo estudados nos artigos se enquadravam no perfil do assunto revisado. Para sistematizar o processo seleção dos artigos optou-se pela metodologia Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyse (PRISMA). As etapas deste processo estão descritas na forma de um fluxograma (Figura 1).



Fonte: Adaptado pelos autores: Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ* 2021; 372: n. 71

3. Resultados e Discussão

3.1 Automedicação e os riscos de intoxicação por medicamentos isentos de prescrição

Os medicamentos são peças importantes no tratamento do processo saúde- doença, sendo responsáveis pela melhora da qualidade de vida da população. Entretanto, sabe-se que seu uso indiscriminado pode acarretar riscos à saúde. (Domingues et al., 2010) A automedicação expandiu-se no mundo tornando-se um problema de saúde pública. Vários fatores têm contribuído para o crescimento dessa prática tais como: fatores econômicos, políticos e culturais; maior disponibilidade de produtos no mercado, gerando maior familiaridade do usuário leigo com os medicamentos. (Naves et al., 2010)

A utilização de medicamentos, se faz presente praticamente no cotidiano de todos os indivíduos, não ficando restrita, apenas aos consultórios, clínicas e hospitais. O acúmulo de várias classes de medicamentos nas residências, constitui-se por vezes um verdadeiro arsenal terapêutico, é também um grande fator de risco. Estes fármacos vendidos sem receita médica possibilitam a automedicação, na qual o indivíduo, motivado por fatores socioeconômicos - culturais reconhece os sintomas da sua doença e busca o seu tratamento. (Lima et al., 2018)

A automedicação é um processo que vem tendo uma grande difusão, desde o início do século passado, sendo um procedimento caracterizado fundamentalmente pela iniciativa de um doente, ou de seu responsável, em obter ou produzir e utilizar um produto que acredita lhe trará benefícios no tratamento de doenças ou alívio de sintomas. (Naves et al., 2010) No entanto, a automedicação possui riscos inerentes, mesmo constituindo importante forma de autocuidado na população. (Domingues et al., 2010)

No Brasil, o setor privado é o principal responsável pelo fornecimento de medicamentos à população brasileira e a comercialização de medicamentos nas drogarias em geral, esteve por muito tempo nas mãos de leigos, proprietários e balconistas, realizando indicações de medicamentos não adequados, por não possuírem

conhecimento técnico e científico adequado a essa orientação ao paciente. (SILVA et al., 2013)

De forma quantitativa, pode-se constatar que pelo menos 35% dos remédios vendidos no Brasil são atribuídos a automedicação por parte da população. Isto por sua vez pode ser perigoso a saúde do usuário devido a uma série de fatores, dentre os quais: os riscos de interação medicamentosa, efeito adverso, indicação terapêutica e muitas vezes ignorando os prejuízos à saúde. Os fármacos analgésicos e antiinflamatórios são um dos grupos mais utilizados e vendidos, devido ao fato de não precisarem de prescrições médicas, isto é, por ser a maioria de venda livre, assim facilitando aquisição. (Lima et al., 2018)

Segundo alguns dados retirados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX, 2017), em relação a casos de intoxicação humana por agentes tóxicos, ocorridas no Brasil em 2017: 27,11% dos casos de intoxicação foram por medicamentos, onde dos 20.637 casos de intoxicação, 50 pessoas foram a óbito. As intoxicações por medicamentos podem ocorrer por diferentes fatores: por prescrição equivocada, doses incorretas administradas, tentativas de suicídios, acidentes, automedicação, entre outros inúmeros fatores. (Soteiro et al., 2017)

Cerca de 2,4% a 11,5% das admissões hospitalares estão relacionadas com as reações adversas ao medicamento (RAM), a depender da especialidade médica, admissão por parte da enfermagem e o método de análise das RAM, a prevalência poderá variar de 0,2% a 40%. Os fatores que favorecem a ocorrência das RAM e admissões hospitalares são: a idade, o número de medicamentos ingeridos, o gênero, a presença de comorbidades e doenças renais. Quanto aos grupos mais suscetíveis a esses eventos, encontram-se as mulheres e idosos, sendo esses últimos com maior índice de internamentos, chegando a ser 4 vezes maior do que a faixa não senil. (Mastroiani et al., 2009)

No quesito gênero, a predominância está presente no sexo feminino, onde esse ato da medicalização entre as mulheres, está presente em todas as fases da vida, por inúmeros problemas de saúde frequentes como: cólicas menstruais e enxaquecas, menopausa etc. Assim como pelo grande número de campanhas educativas e publicitárias direcionadas a esse público, até mesmo pelos tradicionais papéis sociais atribuídos a sexo feminino, dentre eles o de prover da saúde e assistência a toda família. (Silva et al., 2013)

Na construção de uma sociedade, os hábitos de consumo de medicamentos podem e devem ser afetados positivamente pelas políticas nacionais quando promovem a regulamentação do suprimento e a disponibilização racional de medicamentos essenciais, pressupondo o acesso ao diagnóstico e prescrição por profissionais tecnicamente habilitados. É importante destacar que a visão simbólica do medicamento como dispositivo de cura, permeia não apenas o seu consumo pela população, como também as práticas dos profissionais de saúde. (Naves et al., 2010)

Os medicamentos isentos de prescrição (MIPs) podem ser indicados para algumas condições de saúde, tais como: doenças do trato gastrointestinal leves (azia, má digestão, gases), dores de cabeça e musculares, constipação, diarreia, congestão nasal, fadiga e sonolência, febre, tosse, dermatites leves entre outros casos. Cada país possui diferentes medicamentos que podem ser enquadrados nessa categoria. (Yasbek, 2012)

A Organização Mundial de Saúde (OMS) destaca o papel dos MIPs, conhecidos na comunidade internacional como medicamentos OTC (over-the-counter), no importante papel na saúde da população. Os MIPs são parte fundamental do autocuidado, uma prática preconizada por essa organização, adotada para manter a saúde e prevenir doenças, e que envolve questões fundamentais da estrutura organizacional da população, tais como seus hábitos de vida, assim relacionados (Rodrigues, 2013).

O uso de MIPs é extremamente comum, segundo estudo realizado por Chan e Tran (2016), na Austrália, em 2013, estimava-se que mais de 80% dos adultos e 40% das crianças utilizaram um MIP em um determinado mês. Os clientes que compram MIPs frequentemente, acreditam ter conhecimento suficiente sobre a autogestão da sua doença, levando a uma sensação equivocada de confiança e segurança, impactando em autodiagnóstico e automedicação. (Aschi, 2017)

Um dos MIPs mais utilizados por parte da população é a molécula da dipirona, seguida do paracetamol, da cafeína e do diclofenaco, todos apresentam uma grande importância na prática clínica no Brasil. Além de alguns anti-inflamatórios não esteroídais (AINES), demonstram potentes interações medicamentosas, reações adversas e um potente aumento de risco cardiovascular, aumentos na disfunção renal crônica. (Baldoni et al., 2013)

A dipirona e o paracetamol são um dos medicamentos recomendados para o tratamento dos sintomas de uma das principais arboviroses que acometem no Brasil: a dengue. Compõem a lista da RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais). A dipirona por ser utilizado para a produção de MIPs de baixo custo, sua procura pela população para tratamento de febres e neuralgias é grande. (Knappmann et al., 2010)

A dipirona é um derivado pirazolônico, tem função analgésica, antipirética e antiinflamatória. Entretanto, dependendo da dose, por ser altamente tóxica, deve ser empregada exclusivamente para obtenção do efeito antitérmico e analgésico. É utilizada, principalmente, como analgésico em dores pós-cirúrgicas, oncológicas, cólicas renais, enxaquecas e como antitérmico na diminuição da febre. (Soteiro et al., 2017)

3.2 Atividades clínicas do farmacêutico nas drogarias

Segundo a Lei nº 5991, de 17 de dezembro de 1973, norma legislatória que rege o “controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos” no Brasil, adota a seguinte definição para dispensação: “ato de fornecimento ao consumidor de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, a título remunerado ou não” (BRASIL, 1973). Uma definição um tanto incompleta, pois não abrange todos os procedimentos envolvidos nessa atividade. Além disso não nomeava o farmacêutico como responsável nem delegava funções a ele, adicionalmente deixa uma impressão de que se trata de um ato unicamente comercial.

O Conselho Federal de Farmácia como tentativa de neutralizar a aparência meramente comercial das farmácias e drogarias, e tê-las também como um estabelecimento que rege saúde e o cuidado, criou a Resolução nº 308, de 2 de maio de 1997, que dispõe sobre assistência farmacêutica em farmácias e drogarias, estabelece que:

Artigo 3º - Cabe ao farmacêutico no exercício de atividades relacionadas com o atendimento e processamento de receituário: observar a legalidade da receita e se está completa e avaliar se a dose, a via de administração, a frequência de administração, a duração do tratamento e dose cumulativa são apropriados e verificar a compatibilidade física e química dos medicamentos prescritos. (Brasil, 1997)

Artigo 4º - Cabe ao farmacêutico, na dispensação de medicamentos: entrevistar os pacientes, a fim de obter o seu perfil medicamentoso; manter cadastro de fichas farmacoterapêuticas de seus pacientes, possibilitando a monitorização de respostas terapêuticas; informar de forma clara e compreensiva sobre o modo correto de administração dos medicamentos e alertar para possíveis reações adversas; informar sobre as repercussões da alimentação e da utilização simultânea de medicamentos não prescritos; orientar na utilização de medicamentos não prescritos (Brasil, 1997).

A questão mercadológica dos medicamentos no Brasil continua concentrada, com muitos problemas de regulação sanitária. Só das redes de farmácias existentes no país envolve aproximadamente mais de 55 mil estabelecimentos, que são abertos e distribuídos sem qualquer planejamento ou política. Fora as farmácias que não se enquadram nesse hall de classificação. (Soares,2008)

A Assistência Farmacêutica vem a constituir um dos sistemas mais importantes de apoio das redes de atenção à saúde, juntamente com o sistema de apoio diagnóstico e terapêutico e os sistemas de informação em saúde, com foco na garantia do acesso e do uso racional dos medicamentos a população. Compreendem-se como componentes da Assistência Farmacêutica: a gestão técnica da assistência farmacêutica e a gestão clínica do medicamento (Correr et al., 2011)

Os processos de implantação da gestão clínica e técnica do medicamento à assistência farmacêutica são importantes para obtenção de serviços mais eficientes nos processos de cuidado a saúde, onde o olhar clínico do farmacêutico pode contribuir para otimização do uso do medicamento e da terapêutica, objetivando atingir as reais necessidades dos pacientes que fazem uso de terapias medicamentosas, possibilitando melhores resultados na saúde. (Correia et al.,2017)

O trabalho da atenção farmacêutica junto a população no momento da dispensação do medicamento é de grande relevância, pois é nesse momento em que o paciente vai receber as orientações sobre como usar o medicamento, a dose correta, o tempo de tratamento, riscos ou benefícios, muitas vezes sendo orientado a procurar um serviço de saúde especializado para que haja sucesso no real diagnóstico. (Soteiro et al., 2017)

Baseado nos bem-sucedidos exemplos e nas transformações radicais que ocorreram na saúde pública de países, como Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos e Canadá, onde os farmacêuticos exercem a prescrição, há mais de dez anos. Nesses países, as autoridades sanitárias encontraram na prescrição farmacêutica a alternativa segura para solucionar problemas de saúde relacionados ao uso de medicamentos e, também, resolver questões em seus sistemas de saúde, principalmente, os gastos descontrolados que estavam gerando prejuízos aos cofres públicos. (Conselho Federal de Farmácia,2014).

A classe profissional farmacêutica no Brasil foi marcada por grandes períodos de mudanças, o primeiro momento na indústria farmacêutica, no qual o farmacêutico passou de boticário à dispensador; o segundo foi a farmácia clínica e atenção farmacêutica, resgatando a função farmacêutica principal, e por fim, pode-se considerar a prescrição farmacêutica como a terceira e atual onda de mudança, como forma de reafirmar a importância do profissional farmacêutico na sociedade, através das resoluções 585 e 586 de 2013, no Brasil, regulamentando a prática com objetivos de melhoria da qualidade de assistência à saúde. A prescrição farmacêutica no Brasil é um assunto bastante recente ainda, parece estar bem entendido na sua teoria, porém na prática deixa dúvidas e incertezas. (Soares et al.,2016)

A importância do profissional farmacêutico no acompanhamento farmacoterapêutico e prescrição farmacêutica inclui a seleção de opção terapêutica, destacando-se aqui as farmacológicas e não-farmacológicas, a oferta de serviços farmacêuticos ou outras intervenções relativas ao cuidado da saúde do paciente, visando promoção, prevenção e recuperação da saúde, conforme resolução 585 do Conselho Federal de Farmácia. (Aschi,2017)

A dispensação dos medicamentos é a atividade privativa do profissional farmacêutico de proporcionar um ou mais medicamentos a um paciente, como resposta ou não à apresentação de uma receita elaborada por um profissional legalmente autorizado, de acordo com o medicamento em questão. Nesse ato, o farmacêutico deve informar e orientar o paciente sobre o uso adequado do medicamento. São pontos importantes da orientação, entre outros, o alerta no cumprimento da dosagem, a influência dos alimentos quando existe, a interação com outros medicamentos, o reconhecimento de reações adversas potenciais e as condições de conservação dos produtos. (Silva,2017)

O farmacêutico dentro de suas atividades profissionais clínicas, precisa estar apto a desenvolver um raciocínio sistemático, que envolve avaliação, plano de atenção e seguimento na farmacoterapia do paciente, sendo que cada uma destas etapas deverá estar registrada e documentada. A atenção farmacêutica exige alguns outros requisitos como estrutura física adequada para o atendimento do paciente, habilidade profissional do farmacêutico, trabalho em equipe multidisciplinar e comunicação efetiva. (Castro et al., 2014)

Algumas pesquisas de opiniões públicas revelaram que as pessoas tinham grande consideração pelo farmacêutico na hora de adquirir um medicamento de venda livre, pois as suas recomendações estavam embasadas em evidências científicas. Os farmacêuticos têm uma responsabilidade profissional na prestação de serviços de alta qualidade para o paciente, portanto ele deve ter conhecimento atualizado da evidência para medicamentos sem tarja e estar preparado para discutir informações a respeito, contribuindo para as escolhas dos pacientes. (Hanna et al., 2012)

A segurança e o bem-estar do paciente devem ser os principais fatores, com o farmacêutico utilizando do seu conhecimento, somando com outros profissionais da área da saúde e ao da população na promoção da saúde. A atuação na defesa do uso racional de medicamentos é de extrema importância, sendo o farmacêutico responsável em desempenhar seu papel na sociedade com um serviço de farmácia de qualidade, tendo como o acompanhamento e orientação farmacêutica. Devendo também ser efetivamente incluído às equipes de saúde multiprofissionais para a melhoria e engajamento da utilização dos medicamentos na sua forma adequada e segura. (Aschi,2017)

4. Conclusões

A automedicação é um fenômeno que vem crescendo com frequência nos últimos tempos, embora alguns benefícios da automedicação devam ser analisados, os riscos também estão presentes neste processo, pois a falta de conhecimento por parte do consumidor pode ocasionar graves consequências à saúde individual e coletiva da população.

Essa prática sofre muita influência pela facilidade que o paciente tem de comprar o medicamento sem prescrição médica, pois muitos dos medicamentos são de venda livre e até mesmo tarjados mais sem a retenção de receita. Muitos adquiriram informações relativas aos fármacos que utilizavam em sites de internet, bulas, familiares ou amigos sem uma previa orientação médica, e qualquer informação sobre os riscos à saúde.

O farmacêutico, normalmente é o profissional de saúde que primeiro mantém contato com o paciente, seja pela busca de medicamentos isentos de prescrição ou até mesmo para esclarecer dúvidas relacionadas a algum problema de saúde, antes mesmo de procurar um atendimento médico. Dentro de suas atividades clínicas apresenta um papel de extrema importância: orientando de maneira adequada e coerente sobre o uso racional de medicamentos. Sendo o canal de maior informação e segurança sobre os medicamentos, principalmente a maior parte da população que carece de informações sobre saúde.

A farmácia figurando o papel de um estabelecimento de saúde, configura ainda mais a autoridade sanitária do farmacêutico em ser profissional referência sobre os medicamentos, deixando de ser um mero dispensador e passando ao envolvimento e aproximação em todo o processo saúde doença do paciente, diminuindo assim os problemas relacionados aos medicamentos relacionados a automedicação dos medicamentos isentos de prescrição (MIPS) comercializados nas drogarias.

5. Referências

- Arrais, P. S. D., Fernandes, M. E. P., Pizzol, T. D. S. D., Ramos, L. R., Mengue, S. S., Luiza, V. L., ... & Bertoldi, A. D. (2016). Prevalência de automedicação no Brasil e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, 50(2).
- Aschi, D. P. (2017). Medicamentos isentos de prescrição: antiacnéicos e tópicos adstringentes. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-Rio Grande do Sul.
- Brasil (2013). Conselho Federal de Farmácia. Resolução CFF nº 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 set. 2013. Seção 1, 186.
- Osorio-de-Castro, C. G. S., Luiza, V. L., de Castilho, S. R., Oliveira, M. A., & Jaramillo, N. M. (Eds.). (2014). Assistência Farmacêutica: gestão e prática para profissionais da saúde. SciELO-Editora FIOCRUZ.
- Correia, K. K. L., Rego, M. L. C. M. G., Júnior, M. R. B., & Marques, R. A. (2017). Farmácia Clínica: Importância desse serviço no cuidado a saúde. *Boletim Informativo Geum*, 8(3).
- Correr, C. J., Otuki, M. F., & Soler, O. (2011). Assistência farmacêutica integrada ao processo de cuidado em saúde: gestão clínica do medicamento. *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, 2(3), 41-49
- Domingues, P. H. F., Galvão, T. F., Andrade, K. R. C. D., Araújo, P. C., Silva, M. T., & Pereira, M. G. (2017). Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26(2), 319-330.
- Halila, G. C., Czepula, A. I. D. S., Otuki, M. F., & Correr, C. J. (2015). Review of the efficacy and safety of over-the-counter medicine. *Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences*, 51, 403-414.
- Hanna, L. A., Hughes, C., & Watson, M. (2012). Where's the evidence? Over-the-counter medicines and pharmacy practice. *International Journal of Pharmacy Practice*, 20(5), 275-276.
- Knappmann, A. L. & Melo, E. B. (2010). Qualidade de medicamentos isentos de prescrição: um estudo com marcas de dipirona comercializadas em uma drogaria de Cascavel (PR, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(2), 3467-3476.
- Liberato, A. C. S., Rodrigues, R. C. M., São-João, T. M., Alexandre, N. M. C., & Gallani, M. C. B. J. (2016). Satisfação com tratamento medicamentoso no tratamento de doença coronária: psicometria do Treatment Satisfaction Questionnaire for Medication. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 24.
- Luengo, M. B. (2005). Uma revisão histórica dos principais acontecimentos da imunologia e da farmacologia na busca de entedimento e tratamento nas doenças inflamatórias. *Revista Eletrônica de Farmácia*, 6, 64-72
- Mastroianni, P. D. C., Varallo, F. R., Barg, M. S., Noto, A. R., & Galduróz, J. C. F. (2009). Contribuição do uso de medicamentos para a admissão hospitalar. *Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences*, 45, 163-170.
- Naves, J. D. O. S., Castro, L. L. C. D., Carvalho, C. M. S. D., & Merchán-Hamann, E. (2010). Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15, 1751-1762.
- Oliveira, S. B. V. D., Barroso, S. C. C., Bicalho, M. A. C., & Reis, A. M. M. (2018). Perfil de medicamentos utilizados por automedicação por idosos atendidos em centro de referência. *Einstein (São Paulo)*, 16.
- Rodrigues, A. C. (2017). Utilização de medicamentos isentos de prescrição e economias geradas para o sistema único de saúde: uma revisão. *Jornal Brasileiro Economia e Saúde*, 9(1), 128-136
- Secoli, S. R., Marquesini, E. A., Fabretti, S. D. C., Corona, L. P., & Romano-Lieber, N. S. (2019). Tendência da prática de automedicação entre idosos brasileiros entre 2006 e 2010: Estudo SABE. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 21.
- Silva, J. A. C. (2013). Prevalência de automedicação e os fatores associados entre os usuários de um Centro de Saúde Universitário. *Revista Brasileira Clínica Médica*. São Paulo, 1, 27-30

- Silva, L. M., Vieira, E. M. (2004). Conhecimento dos farmacêuticos sobre legislação sanitária e regulamentação da profissão. *Revista Saúde Pública*, 8(3), 429-437
- Silva, T. M. S. (2017). A importância do gerenciamento de riscos de dispensação de medicamentos em drogarias como ferramenta facilitadora na prevenção de efeitos adversos. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.
- Soares, J.C.R.S. Quando o anúncio é bom, todo mundo compra.” O Projeto MonitorAÇÃO e a propaganda de medicamentos no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, 2008, 6(4)
- Soares, A. L. P., Costa, M. A., Teixeira, J. J. V. (2016). Nivel de entendimento sobre a prescrição farmacêutica no Brasil. Estamos preparados para essa realidade? *Revista Infarma Ciências Farmacêuticas*, 28, 149-156.
- Soterio, K. A., Santos, M. A. S. (2013). A automedicação no Brasil e a importância do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos de venda livre: uma revisão. Dissertação. (Graduação em Ciências Farmacêuticas) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Yazbek, P. B. (2012). Atenção Farmacêutica: o processo de indicação farmacêutica para Medicamentos Isentos de Prescrição. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo.

Copyrights

Copyright for this article is retained by the author(s), with first publication rights granted to the journal.

This is an open-access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution license (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).